

XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche, 2009.

A formação do professor para a Educação do Campo: experiência pedagógica e o saber produzido nas práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Zancanella, Yolanda.

Cita:

Zancanella, Yolanda (2009). *A formação do professor para a Educação do Campo: experiência pedagógica e o saber produzido nas práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-008/819>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A formação do professor para a Educação do Campo: experiência pedagógica e o saber produzido nas práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.¹

Yolanda Zancanella²

Introdução

O artigo apresenta uma reflexão sobre o tema formação do professor para a Educação do Campo em relação à experiência que possui como Pedagogo em suas ações e práticas pedagógicas na escola e de que forma essa bagagem profissional se coaduna com o saber produzido nas práticas do Movimento.

A Educação do Campo vem se apresentando como uma grande conquista obtida pelos Movimentos Sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e, mais especificamente, com implementação do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo em Instituições do Ensino Superior públicas no país.

O estudo foi realizado com professores universitários professores que atuam e não atuam no Curso de Pedagogia para Educadores do Campo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, e o dirigente do MST. A pesquisa foi orientada para o objetivo de identificar o que se compreende hoje por educação do campo; se há especificidades na formação dos professores que atuam no campo e o que move/impulsiona alguns professores do Curso de Pedagogia regular a assumir a formação dos educadores/as.

Para este trabalho elabora-se um recorte da pesquisa, especificamente aquele que se interessa pela formação do professor, fazendo uma abordagem teórica a Educação do Campo e interpondo as percepções de alguns dos professores entrevistados quanto à formação docente na Pedagogia regular e o saber que os povos do campo adquirem nas práticas do Movimento.

Os docentes e a Pedagogia para Educadores do Campo

Ainda se mantêm os questionamentos em relação à formação de um educador que, formado no meio urbano e atuando no meio rural³, carregaria a ideologia de homem e de mundo cidadão. Muitas vezes, a cultura, os costumes e o saber da população são vistos como “cultura

¹ Pesquisa desenvolvida com financiamento da Fundação Araucária.

² Professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus de Francisco Beltrão. Membro do Grupo de Pesquisa Representações, Espaços, Tempo e Linguagens em Experiências Educativas - RETTEE. Mestre em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp. E-mail: yolandazanca@yahoo.com.br.

³ No texto, privilegiou-se utilizar a denominação “campo”, embora se faça referência ao “rural” sem desconhecer os limites colocados pelos dois conceitos.

primitiva dos povos ignorantes, formas incivilizadas de conhecer a vida e interpretar o mundo”, sob a ideologia do educador e dela se espelha a educação, de modo que pode ele mesmo promover uma divisão cultural entre as gerações do mundo rural (MARTINS, 2005, p.5).

A busca da educação pelos movimentos sociais tem como objetivo promover a identidade do educador do campo em um sentido amplo e direcionado aos interesses econômicos, culturais e sociais que compõem o ambiente do campo. O objetivo dessa promoção vincula-se à condição inapta da escola urbana e da promoção de uma cultura dissociada de suas referências, quase forçada aos educandos do campo, ministrada por um professor cujos ideários ainda se pautam pela realidade urbana e pela política educacional.

Na consideração, portanto, de que a escola urbana se destaca pela inaptidão e, por isto, sofre comparação a um campo de concentração pelo fato de promover a aculturação obrigatória dos aprendentes, sua base sustenta uma cultura urbana sem verdades plenas, pautada em pseudos ideais do professor e da política educacional; esta é a condição da educação, muito mais forte do que a expressão da própria realidade urbana em que o aluno vive (MARTINS, 2005).

Percebe-se a presença de desafios não mensuráveis ao educador do campo em promover um ensino à altura do desejado pela população do campo, se levado em conta um perfil societário desigual à mercê de políticas educacionais excludentes quando se trata de promover o cidadão em seu direito sócio-político-cultural.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem buscado a educação do campo dentro de um processo de desenvolvimento popular do Brasil; o desejado de um educador que mantenha no ensino os aspectos culturais e específicos do ambiente não apenas exige uma formação *a priori* sobre as especificidades do campo, mas sobretudo, o empenho e a adoção de um espírito que contemple o campo como um novo modelo de sociedade na qual a educação deverá convergir para seus moldes.

Do mesmo modo, o estabelecimento das escolas do campo tem como fim o desenvolvimento de seres humanos pesquisadores da realidade, que dê ênfase à cultura do campo e às mudanças pelas quais ela deverá passar. Para isso, a escola urge ser diferente do modelo vigente, com todas as novidades e os avanços da ciência moderna e motivar o conhecimento das raízes pelos camponeses para que as ações sejam dinâmicas e transformadoras (ARTICULAÇÃO PARANAENSE: Por uma educação do campo, 2000).

A história do MST registra algumas lições de Pedagogia, da preocupação manifestada pelos sujeitos de uma luta social e de uma coletividade em movimento que se ocupam com educação. Esta pedagogia, portanto, tem seu princípio educativo no próprio movimento e nas diversas pedagogias que comporta; além delas, para a produção de traços na identidade e na mística, esse Movimento agrega de modo especial a pedagogia da luta social com a pedagogia da terra e com a pedagogia da história (CALDART, 2003).

Admitindo-se que as demandas da educação no campo são culturalmente mais complexas do que na cidade, observa-se a dissensão entre a ideologia educacional que considera simples o mundo rural, diante de outra verdade: a de que o é e será cada vez menos. Assim, “a educação rural, deveria perder o qualitativo rural e ser apenas educação e educação do diálogo com a diversidade cultural, as peculiaridades sociais, e não só o trabalho” (MARTINS, 2005, p.7). A formação do educador do campo, portanto, é uma diretriz que delinea e sugere comportamentos de reflexão e de mudanças quanto aos conceitos sobre as identidades das pessoas que vivem no campo, com suas raízes culturais e a construção de novos processos educativos que são originados pelos movimentos sociais.

Estes processos educativos da educação do campo, denominados de não formais, são revelados em duas instâncias: na dinâmica intrínseca ao movimento social, por ocasião de eventos que são realizados compreendendo as reuniões, as assembléias, os cursos de formação e de capacitação; e na dinâmica extrínseca ao movimento social, fundados nas relações estabelecidas entre o movimento social e a sociedade civil, por meio de seus sujeitos coletivos. Fazem parte da sociedade civil os sindicatos dos trabalhadores, as universidades, os grupos religiosos e as Organizações Não-Governamentais (SOUZA, 2006b).

As propostas do campo para uma educação são importantes focos de resistência à cultura dominante e de apresentação de uma cultura campestre que incorpora outras práticas educativas. A educação do campo possui uma dimensão ampla, dentro da qual a escola é apenas uma delas. Outras dimensões são visualizadas nos grupos de estudos; grupos de educação de jovens e adultos; grupos de mulheres e jovens no meio rural; associações e cooperativas de produção, dentre outras. Tanto na dimensão escolar quanto naquelas não-formais, as parcerias e a gestão democrática têm sido focalizadas como essenciais para a garantia de uma educação que contribua com o desenvolvimento econômico e social.

Dessa forma, entende-se como urgente repensar a organização do trabalho pedagógico na universidade, pois este incide na formação do educador e isso requer um redirecionamento nas propostas curriculares dos cursos de graduação, mormente no que se refere à educação dos povos que vivem no campo. Assim, a mudança nas diretrizes curriculares da educação do campo é importante contemplar o ambiente do mesmo, em toda a sua extensão, porque, desde o

momento em que tais diretrizes se referem ao campo, assumem o modo próprio de vida social praticado neste espaço e se torna sujeito da aprendizagem. Estas diretrizes incluem os espaços das florestas, da pecuária, das minas e da agricultura e contemplam também as extensões pesqueiras, ribeirinhas e extrativistas, de modo que ao expressar-se como do campo, não podem separar-se da concepção pedagógica com amplitude além do espaço físico geográfico (SILVA, 2003).

Esta compreensão redimensiona o termo de rural para do campo e aí se estabelece a noção de terra, posto que sua centralidade é aplicada na expressão do campo e em todas as relações compreendidas entre o sujeito e a terra quanto à forma de viver e de trabalhar com ela (SILVA, 2003). Destaca a autora, que se deve lembrar-se do campo como ambiente social de produção de vida e de cultura, no qual se constituem de modo heterogêneo os sujeitos sociais, desprendendo-se de uma única fisionomia, visto sob o prisma de diferentes culturas: no espaço da floresta, há uma determinada constituição de sujeito, quanto ao colono do Rio Grande do Sul, há outra constituição de sujeito, dando-se o mesmo quando se considera os caiçaras.

Nesse sentido, o conceito de campo busca ampliar e superar a visão do rural como local de atraso, no qual as pessoas não precisam estudar ou basta uma educação precarizada e aligeirada. Campo, nesta concepção, é entendido como lugar de vida onde as pessoas produzem conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. Há uma produção cultural no campo que deve se fazer presente na escola. Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração, devendo ser, é o ponto de partida das práticas pedagógicas na Escola do Campo. (PORTAL EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2003).

A interação campo-cidade faz parte do desenvolvimento da sociedade brasileira, mas na realidade ela tem se dado via submissão. As ações concretas visando o desenvolvimento são sempre pensadas a partir da cidade, não incorporando a visão daqueles que vivem no campo e, muitas vezes sem uma análise mais rigorosa da própria realidade do campo. A educação não foge à regra.

No terreno da desmistificação, cabe ainda dizer que características como isolamento, visão de mundo provinciana e relações interpessoais restritas, porém densas, atribuídas ao rural, são hoje também altamente questionáveis. A difusão dos meios de comunicação integra as áreas rurais à mesma dinâmica informacional e cultural das cidades, ao mesmo tempo em que no espaço urbano multiplicam-se exemplos de grupos sociais que vivem um profundo isolamento do resto do mundo, como ocorre com jovens moradores de condomínios da Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, que, segundo pesquisas recentes, demonstraram não conhecer sequer o seu próprio bairro, tamanha é a concentração de sua vida nos limites do próprio condomínio. (ALENTEJANO, 2000, p. 88).

Uma visão romântica do campo, ainda faz imaginar é um lugar em que o rústico e o bucólico são características imanentes. Porém, há que se pensar que as relações entre campo e cidade não são mais desligadas em virtude de questões geográficas, pois as distâncias foram

encurtadas, ou até superadas, pelo desenvolvimento de tecnologias que permitem aos sujeitos do campo e da cidade uma convivência cultural, seja pela mídia, pelas migrações temporárias e também pelas visitas realizadas entre cidadãos e camponeses. De acordo com Souza,

O campo hoje nas variadas regiões do Brasil, traz uma mistura de progresso tecnológico com técnicas que não se aperfeiçoaram. É possível encontrarmos lugares organizados individual ou coletivamente, utilizando diversas tecnologias de produção e de comercialização dos produtos, como encontrarmos lugares que necessitam de organização, técnicas de produção e comercialização. Mas, o campo não é mais um local totalmente diferenciado da cidade. O mundo do trabalho e a divisão social do trabalho apresentam a mesma lógica, diante das mudanças sofridas ao longo de sua trajetória histórica (SOUZA, 2006a, p. 2).

Sob este ângulo, compreender o campo é relegar o tom de nostalgia destacado em um passado rural de abundância e felicidade que se encontra registrado nas obras literárias, desacreditando-se da “posição que subestima a evidência dos conflitos que mobilizam as forças econômicas, sociais e políticas em torno da posse da terra em nosso país” (SOARES, 2003, p. 13).

Essa nova conotação de campo é compreendida como uma grande mudança, conforme se descreve:

Consideramos fundamental demonstrar que, apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado. Assim, não se trata de ver o rural como sinônimo de atraso, de agrícola, de natural, enfim de vê-lo como o oposto de uma visão estereotipada do urbano que o coloca como o *locus* por excelência do progresso, da modernização, da indústria e da técnica (ALENTEJANO, 2000, p.88).

A rapidez com que têm ocorrido as transformações das relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” (grifo da autora) em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. É possível apreender a dificuldade hoje de se demarcar com precisão o que é campo e o que é cidade a partir de critérios das atividades econômicas ou mesmo em hábitos adquiridos culturalmente (CARNEIRO, 1998, p. 1).

Nesse sentido, campo e cidade faz parte da mesma realidade, o que significa dizer que há uma divisão hoje no campo. O campo consome os produtos da cidade como insumos agrícolas, máquinas entre outros, ao mesmo tempo em que fornece mercadorias para cidade, estabelecendo uma integração, de forma que fica difícil estabelecer uma fronteira, delimitando que aqui é o campo, aqui é a cidade.

Pesquisas sobre este assunto no Brasil têm apontado à ocorrência de dois conjuntos de fenômenos, que esclarecem a questão da ruralidade. Um desses conjuntos compreende o espaço rural não mais definido pela atividade agrícola, pois é “significativa à redução de pessoas

ocupadas na agricultura”, associado ao aumento do número de pessoas residentes no campo com atividades não agrícolas: há a inclusão da combinação com outras formas de rendimento, não vinculadas ao processo de produção agropecuária (CARNEIRO, 1998, 3-4).

Essas contribuições são importantes, ao mostrarem uma possibilidade metodológica de,

 Não congelarmos o conceito de “camponês” no modelo medieval, como uma categoria social estática, incapaz de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social que lhes são próprias (CARNEIRO, 1998, p.4).

Na discussão de Alentejano (2000, p.3) o que todas estas observações permitem afirmar é que:

 Os tradicionais estereótipos que definiriam campo e cidade, rural e urbano, não são pertinentes e isto não se deve a uma unificação da realidade que moldaria tudo à imagem e semelhança das características atribuídas às cidades. Não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos. Na realidade, a diversidade de formas de organização social que proliferam, tanto no campo como na cidade, poderia nos levar a sucumbir à tentação de dizer que não existe um urbano e um rural, mas vários urbanos e rurais. (ALENTEJANO, 2000 p.3).

Ainda que as migrações rural-urbanas continuem ocorrendo, acelera-se, também, um movimento contrário. Funde-se o crescimento de uma forte ideologia agrarista de valorização do campo e das pessoas que lá vivem como resultado de ações e interpretações das Igrejas Católica e Luterana, aliadas à Pastoral da Terra e aos projetos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A mídia veicula a cidade como um lugar péssimo para se viver, descaracterizando o urbano na imaginação e desestimulando “migrações para a cidade como projeto de melhoria de vida para quem vive no campo” (MARTINS, 2005, p.3).

Portanto, esse movimento “migratório” (Grifo meu) de retorno ao campo, possivelmente fundado na vida caótica nas cidades diante das situações de desemprego, fome e violência, uma preocupação também presente nas discussões e reflexões dos movimentos sociais do campo, pode aparentemente suscitar uma suposta revalorização do campo, mas há que se considerar que na sociedade brasileira, as políticas públicas para o campo, ou melhor, as insuficientes e insipientes políticas públicas para o campo, em pouco favorecem a permanência ou o retorno ao campo.

Mesmo havendo um suposto imaginário que não mais valorize as migrações para a cidade, não há também um favorecimento concreto para o desenvolvimento do campo, fator que agrava a situação social vivida tanto no campo como na cidade, de miséria e indignidade. Condições que podem ser superadas se pensadas a partir de um projeto de desenvolvimento não somente para o Campo, mas para o país, projeto que para efetivar-se necessita da Reforma Agrária conforme propõe o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Assim, na construção do projeto de desenvolvimento para o país, a educação tem uma função essencial. Talvez as questões relativas à educação precisem ser pensadas na relação campo e cidade, pois o desenvolvimento do campo, na perspectiva de um projeto de desenvolvimento para o país, como é defendido pelos movimentos sociais do campo, é uma proposta inclusiva, logo, pensar o campo implica pensar a cidade.

Quando analisada a educação do campo, não se pode dissociar da trajetória dos movimentos sociais, ainda mais quando se aborda o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se originou em virtude das manifestações dos trabalhadores na década de 1980. Logo nos primeiros assentamentos foi possível constatar a necessidade de que as crianças recebessem educação e, portanto, a instituição da escola se fazia imprescindível a este propósito.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem formado frentes nos movimentos sociais e as bandeiras de luta têm insistido em temas como a reforma agrária e os direitos sobre a terra para quem nela trabalha o pleno exercício da democracia, a inclusão nos programas e nos direitos políticos, a educação diferenciada. A proposta de educação do MST, organizada pelo Setor de Educação, em função das características da prática social educativa parte das seguintes questões:

Que tipo de pessoa queremos formar para nossos quadros; que objetivos específicos têm a escola nesta formação; quais os principais princípios e orientações metodológicas para os professores de assentamento; que tipo de professor é necessário para este tipo de escola; como deve ser a relação escola com o conjunto do assentamento; como deve ser a relação com o Estado e com outras entidades; quais os principais desafios para realizar esta proposta em todas as escolas de assentamentos do MST? (Setor de Educação, 1990, p.3).

Na proposta de educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra fica explícita a necessidade de formar pessoas comprometidas “com a transformação social e com a militância direta nas lutas populares, capaz de pensar e de agir com autonomia (...) o que se quer da escola ainda é que ajude a formar personalidades saudáveis, criativas e coerentes; que estimule a consciência organizativa das crianças e dos jovens...” (Setor de Educação, 1990, p.3).

Trata-se de objetivos que pretendem trazer ao homem do campo uma transformação social mediante medidas legais que o compreendam como um cidadão comprometido com a produção agrícola, com o uso da terra e com a manutenção dos valores que dela decorrem, além de uma forma natural de sobrevivência humana e social.

O direito a educação foi, ao longo história, negado às camadas mais pobres da população brasileira, originando a luta por uma educação popular, nos trabalhos sistemáticos dos movimentos sociais organizados, em especial pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, imprimindo um contundente debate sobre as possibilidades e a necessidade de atendimento à população do campo, pois se, “em geral a educação urbana foi sacrificada para

adequar-se às demandas do modelo econômico produtor de desigualdades, a educação rural o foi mais” (WOLFF, 2005 p. 3-4).

Na defesa de uma educação com recursos e condições que permitam o desenvolvimento econômico e sócio cultural da população que vive e trabalha no campo, a luta pela educação do campo situa-se no seio da luta pela emancipação e pelo fim das desigualdades da sociedade brasileira com a proposta de um modelo de sociedade distinto do modelo hegemônico capitalista. As proposições educacionais dos trabalhadores do campo são focos significativos de resistências à cultura dominante e de apresentação de uma cultura campesina que incorpora outras práticas educativas, conseguindo “abrir um sério debate sobre as possibilidades e a necessidade de atendimento da população do campo.” (WOLFF, 2005, p. 1).

A educação do campo enseja uma educação específica e diferenciada que ajude na formação humana, emancipadora e criativa, assumindo a identidade do meio rural. “Trata-se de combinar pedagogias de modo a fazer uma educação que forme e cultive identidades, auto-estima, valores, memórias, saberes, sabedoria; que enraíze sem necessariamente fixar as pessoas em sua cultura, seu lugar” (CALDART, 2002, p.33).

É requerido, assim, que o profissional de educação se assente em campos específicos do saber para que possa enfrentar os desafios dos processos de ensino-aprendizagem. Ainda que vigore um modelo de práxis situada, este profissional necessita de formação diferenciada para transpor a didática nos níveis de ensino-aprendizagem que lhe competir, da mesma forma que deverá ser habilidoso para intervir nos processos de interação subjacentes à transformação pedagógica da matéria.

Analisando-se, sob estas circunstâncias, a dificuldade na formação do educador do campo, reconhece-se a necessidade e a importância na implementação do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo como instituição que avalia a especificidade e as diferenças e permite ao professor lançar mão de recursos e práticas pedagógicas que contemplem a diversidade, o cotidiano e a identidade dos alunos do campo no âmbito da educação.

Quanto a Unioeste e sua relação com os movimentos sociais, o passo inicial deu-se com o Programa de Formação de Professores do Campo de Francisco Beltrão – PR, vinculado ao Projeto Vida na Roça⁴ e viabilizado pelo convênio firmado entre Assesoar, Unioeste e Secretaria de Educação do município; alia-se a Articulação Paranaense: “Por uma Educação do Campo” na construção de políticas públicas para a Educação do Campo no Paraná.

⁴ O Projeto Vida na Roça (PVR), iniciado em Francisco Beltrão-PR, entra agora no seu 5º. Ano. Dele já brotaram o programa de Formação de Professores do Campo de Francisco Beltrão (1999) e foi aprovado pela Câmara de Vereadores, no final de 2000, a lei que aponta a perspectiva da ampliação do Projeto Vida na Roça em todo o município em 2001, esta orientação é operacionalizada entre Assesoar, Unioeste, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal e Emater. (Projeto Vida na Roça, v. III, 2002, p.9).

Para a prática da educação do campo a formação dos educadores tem como enfoque principal a permanente assessoria por pessoas das entidades conveniadas às escolas especialmente ao planejamento, às práticas pedagógicas e à avaliação. Além dessa assessoria, está sendo construída a memória permanente do processo de formação, com o fim precípua de promover uma base pedagógica do fazer qualitativo, apontando a sistematização das práticas, explicitando os seus fundamentos, avanços e limites. No conjunto, os resultados desse aprendizado aparecem como publicações e materiais pedagógicos a serem utilizados nas escolas. O direcionamento das ações viabiliza diferentes espaços de formação com o propósito de teorizar as práticas pedagógicas por parte dos professores, proposta estreitamente agregada ao acesso ao conhecimento universal, dificultada aos professores do campo em virtude da condição histórica de sua formação.

Os avanços e impasses na formação para os educadores do campo

Há um entendimento até hoje de que se mesmo depois de muitas discussões, reflexões e debates de entidades como a Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação – ANFOPE, Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas do País – FORUNDIR não se conseguindo forjar uma identidade para o curso de Pedagogia regular, a implementação de um curso de Pedagogia para Educadores do Campo só pioraria essa situação. Os questionamentos se deram com enfoque no seguinte: vamos criar um curso de Pedagogia para cada necessidade especial? Curso de Pedagogia para negros, homossexuais, índio, surdo, mudo, cego etc.?

Nesse contexto a implantação do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo colaboraria sobremaneira para flexibilizar e fragmentar ainda mais o curso de Pedagogia regular já tão farto de críticas na velha discussão pela sua falta de conteúdo próprio, falta de identidade, ou seja, não é possível saber ao certo para que forma o curso de Pedagogia regular, haja vista o tempo que o MEC levou para disponibilizar as Diretrizes Curriculares do curso que reflete essa indefinição.

Por ocasião da proposta de implementação na Unioeste do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, de um lado encontrava-se um grupo de professores que não concordava com a criação do mesmo sob alegação, entre outras, da formação de “guetos”, de outro lado, os professores que, apesar de não terem clareza do que seria certo ou errado, inquietavam-se com o fato de existir tal demanda social e de não fazer nada para atendê-la. Esse grupo de professores, diante da demanda e de seu comprometimento político e social empreendeu discussões sobre a possibilidade de criação do curso, com uma preocupação concreta: como organizar o

conhecimento produzido pela academia junto aos saberes da prática dos movimentos sociais populares?

Após muitas reflexões o grupo favorável à criação do curso optou pelo desafio de pensar a formação dos educadores do campo comprometida com a história, a cultura e os valores do meio rural entendendo assim que a universidade poderia, dessa forma, estar cumprindo a sua função social e política com a garantia de formação para todos.

Nesse sentido a universidade é chamada à construção de uma parceria mais estreita com os movimentos sociais objetivando a sua emancipação político-cultural que os auxilie na instrumentalização e construção de suas práticas a partir de perspectivas filosóficas e científicas, visando compreendê-las melhor, propondo-se a discutir, subsidiar e implementar ações que impulsionem o desenvolvimento, sobretudo regional.

Neste novo perfil que hoje se acentua, a educação sofre modificações amplas e busca atingir a todas as pessoas que figuram nos movimentos sociais com a viabilização da educação do campo. O papel da universidade neste contexto poderá ser o de provedora de um currículo que se desapegue do ensino tradicional e urbano, em contraste com a desejada educação do campo. Iniciativa como essa surge da necessidade de aprofundar as discussões em torno da constatação sobre a necessidade de repensar a universidade pública na sua relação com os movimentos sociais⁵. Dessa forma, são iniciativas inseridas numa dimensão cultural que cada vez mais a universidade deve acolher como espaço de sua própria democratização, como bem público da sociedade.

Esta prática está intimamente ligada à pesquisa e ao ensino, pois se entende que, enquanto pesquisa a “busca novos conhecimentos, continua sendo realizada quase que por algumas universidades, e nelas, especialmente, pelos programas de pós-graduação, na maioria das vezes, desarticulados com a graduação” (RODRIGUES, 1999, p.46). A busca de novas possibilidades na educação do campo, no sentido de que a maioria da população tenha de fato acesso ao saber é indispensável.

Conforme Silva (2000, p.3), a universidade, voltada para as demandas da sociedade e levando em consideração os problemas desta, “reafirma, assim, seu compromisso social diante de questões que vêm a exigir a redefinição de suas práticas de ensino, pesquisa e o atendimento aos apelos veiculados pelos referidos movimentos”. Na argumentação da autora tal credenciamento evidencia a necessidade da universidade de “realimentar o processo de ensino-aprendizagem na graduação e na pós-graduação, na medida em que a formação do cidadão requer sua efetiva participação e interação com a sociedade”, e priorizar ações que visem à

⁵ Sem desconsiderar a importância dos outros movimentos sociais citados no texto como responsáveis através de muita luta e perseverança, pela consolidação do Curso de Pedagogia para Educadores/as do Campo elegemos o MST, por ser o mais atuante no momento para nos reportar a luta dos movimentos sociais do campo pela educação.

intervenção nas atuais condições de desigualdades existentes na área de entorno dessa instituição.

Passa a ser tarefa de a sociedade definir com clareza pontos importantes da educação: delimitação da educação; efetivação de seus anseios por parte do poder estatal; implementação de políticas educacionais consistentes e articuladas; e a formação de educadores. Será a pressão legítima e necessária, constante do jogo democrático e coletivo, que atende a toda uma sociedade e necessária frente à realidade atual da educação (BICUDO, 1998).

É importante, porém, e merece registro, o fato de que algumas universidades como a Unioeste campus de Francisco Beltrão, vêm trazendo à tona a discussão desse segmento e de sua educação diferenciada. Isso pontua novas perspectivas, pelo menos, em relação ao desejo da população com respeito ao pleno exercício da cidadania; não se pode dizer o mesmo por parte do Estado.

Nos estudos de Caldart (2004b, p. 316), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como sujeito pedagógico, internaliza práticas educativas, devem ser trazidas duas distintas dimensões para a reflexão da pedagogia. Uma delas “se refere aos novos personagens que entram em cena na reflexão pedagógica”, sendo o MST reconhecido “como detentor de uma prática e de uma teoria de educação dos SemTerra” e, da mesma forma, “como um interlocutor nas questões da educação em geral”, desembocando em dois novos sujeitos da discussão pedagógica: um movimento social e um grupo social específico. Na outra dimensão está à formação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra como materialização de um modo de produção da formação humana, ou a pedagogia da produção de sujeitos sociais.

A busca dessa identidade social e política pressupõem a necessidade de uma educação pública para os povos que vivem no campo. Este é um dos principais objetivos educacionais quando se propõe a implantação e implementação de um curso para a formação de seus educadores. Isto tem sido objeto de luta por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a luta pela conquista à educação, para que se apropriem dos conhecimentos que lhes permitirão provocar a mudança na sociedade que eles consideram necessária.

A análise, portanto, parte da inquietação em relação ao que vem sendo discutido e produzido na pesquisa educacional, bem como diante das políticas que estão sendo implementadas para a educação do campo no Brasil. As políticas educacionais para o campo incentivam o resgate dos valores culturais, como essenciais para o desenvolvimento da cidadania. São evidenciadas as necessidades de se manter e alimentar a cultura dos povos do campo; a discussão sobre as especificidades dessa educação faz parte desse contexto e é assunto dos dados coletados nas entrevistas realizadas neste trabalho.

O projeto de formação de professores na Unioeste, em parceria com os movimentos sociais, teve como objetivo contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas educacionais para as escolas do campo, considerando e valorizando esta realidade e as pessoas nela inseridas.

No entendimento de Carvalho, considerando os argumentos dos movimentos sociais, há necessidades específicas do campo que precisam ser atendidas pela educação:

Eu acho que por causa de um pressuposto, de concepção de mundo que eles têm, mas, é uma concepção de mundo enraizada na prática social deles, porque falam do campo, e entendem que o campo, tem uma realidade específica, diferente da cidade, por exemplo. E em função dessa realidade específica, que seria talvez a forma de trabalho do campo, a cultura do campo, os valores do campo, isso demandaria então, uma formação educacional específica para o campo, tendo em vista que, ela responderia às necessidades do campo daí a razão de se procurar o curso de graduação de Pedagogia voltada à realidade do campo. (Entrevistado Carvalho).

Em sua argumentação, Carvalho evidencia o que os movimentos sociais consideram importante que seja contemplado na sua proposta de educação, o saber produzido nas práticas políticas do Movimento. Essa é uma visão muito importante para pensar-se um campo real, não idealizado, ou seja, ali estão presentes os sujeitos diversos que compõem um cenário real. As mulheres com suas problemáticas, os homossexuais, os negros etc. Esses são os desafios da educação: atuar com sujeitos reais com desejos e necessidades próprias.

Carvalho esclarece a importância para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de se considerar o saber produzido nas práticas do Movimento:

Existem muitos saberes. E esses saberes estão vinculados a interesses de determinadas ideologias, e como eles (trabalhadores) estão trabalhando no campo, numa luta social pelo direito a terra, ao trabalho do campo, então, entendem também que têm o saber específico, produzido pela prática social deles, que pode ser a nível de senso comum, mas que querem desenvolver esse saber. De forma mais sistematizada, enquanto saber deles claro que isso eles fazem dialogando com outros saberes, clássico, científico, diferentes saberes (Entrevistado Carvalho).

Mas sempre priorizando o saber deles enquanto identidade do movimento social, que é se manter no campo, na luta política para se manter no campo. Aí, nesse sentido, eles entendem que o saber que eles buscam na formação, em primeiro lugar ele está a serviço da luta política. Mas, por outro lado, eles também têm o entendimento, como fala o Stédile, que é o líder do MST de que é a libertação dos oprimidos, passa pelo rompimento de três cercas, a cerca do capital, cerca do latifúndio e a cerca da ignorância". (Entrevistado Carvalho).

As cercas simbolizam os impedimentos que esses trabalhadores enfrentam para realizar plenamente a cidadania; apresentam-se como um desafio a ser enfrentado e vencido. Portanto, cortar as cercas de um latifúndio tem um sentido que transcende o momento e o caso particular. Para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que participam da ação, significa um movimento de ruptura com a história de concentração de terras. Essa determinação é expressa por Carvalho:

Romper a cerca da ignorância há necessidade, então, do investimento na educação, e por isso que eles, enquanto movimentos sociais do campo vão buscar a universidade, enfim,

ou na educação formal, esse direito à educação, que em função da luta e é política. De ser terra que, significa mais do que terra e, também, de uma nova organização do campo, é de forma que não seja conduzida pela lógica do mercado, e que possibilite, então fazer, enquanto práxis dá para dizer assim, a utopia de uma nova sociedade.” (Entrevistado Carvalho).

É possível perceber nas argumentações de Carvalho a afirmação da legitimidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enquanto movimento social atuante com capacidade de desencadear ações rumo à construção de outra sociedade diferente da capitalista que se vivencia. Entretanto define como *utopia* a intenção de que a especificidade do campo, e aí se inclui a educação e a própria universidade que é buscada, seja reconhecida e passe a ser afirmar como tal no mundo, inserindo a discussão da sua visão em relação às propostas do Movimento para a construção dessa sociedade diferenciada.

Interessante registrar que Carvalho faz parte do corpo docente composto pela Pedagogia para Educadores do Campo, mas isso não o impede de fazer a crítica em relação às propostas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, objetivando qualificar o debate em torno da educação pensada pelos e para os povos do campo. Nas críticas de Carvalho entre outras, é difícil mudar essa realidade, já que a mesma é determinada pelo modo de produção capitalista e o campo também está inserido nessa dinâmica de mercado.

Então o grande problema, eu acho é esse da Pedagogia do Campo, quando eu falo do movimento social do campo, se trata de um pressuposto de que o campo é um lugar específico como se tivesse uma realidade específica do campo, com determinados saberes e específico que precisa ser sistematizado para entender aquela realidade e aí conformar uma identidade de movimento social, enquanto luta política (Entrevistado Carvalho).

Entende-se assim, que a educação do campo visa ao estudo e à práxis dos “saberes”. Que todos os saberes são importantes, que podem e devem ser construídos pelo diálogo. Que a escolha “certa” dos saberes pode “ajudar a construir novas relações entre campo e cidade”. Ao contrário da educação do campo, a educação escolar parte do pressuposto de que a escola pública, enquanto instituição estatal tem uma especificidade: a socialização do conhecimento sistematizado. Aqui, o saber que interessa é o saber elaborado enquanto expressão científica e dialética do movimento da realidade (ZANELLA, 2005, p.10).

Para Margarida a necessidade ou não de haver diferenças na formação de professores que atuam e atuarão no campo de acordo com o desejado pelos Movimentos Sociais é assim argumentado:

Eu penso que os movimentos sociais, atuam na reivindicação dessa formação específica, para além da especificidade, metodológica ou de conteúdo. Mas acredito que seja, principalmente, no campo social do direito ao acesso. Pelas formas com a educação vem sendo oferecida, ela não atinge as necessidades desses grupos, no caso dos movimentos sociais. E, não atingindo essas necessidades, a reivindicação se torna mais específica voltada para o interesse desses grupo.

Margarida remete a questão histórica da precária formação de educadores para atuar no campo que além da qualificação inadequada e insuficiente e salários inferiores à área urbana enfrentam, entre outras, a sobrecarga de trabalho. Ainda hoje não é raro se deparar com professoras que também são merendeiras, faxineiras nas suas escolas, e enfrentam dificuldades de acesso para chegar até o local de trabalho normalmente, em função das dificuldades de acesso na área rural.

Sobre o repensar dessa questão, assumindo a crítica da realidade existente, mas numa perspectiva de encaminhar propostas e soluções, argumenta Margarida,

E porque essa formação não se dá? Ela não se dá devido às condições de acesso onde as pessoas não conseguem vir para universidade todos os dias, no período regular, e que elas precisariam desse contexto específico de formação que teria que ter no período de férias e em outros momentos, por não condizer com a realidade, onde freqüentemente também os educadores são também agricultores (MARGARIDA).

Aos professores cabe refletir que pode haver certa artificialidade no discurso da formação, o que significa que é possível ser um pedagogo, pelo discurso, mas não pela prática. Trata-se, sobretudo, de lutar pelo novo, como, no passado, homens e mulheres lutaram pela implementação de uma Pedagogia, a atual Pedagogia regular, e que não surgiu perfeitamente capaz de atender às necessidades de formação dos seus alunos, mas que sofreu alinhamentos e complementações ao longo do tempo, moldando-se ao passo que eram identificados elementos novos que precisavam ser incluídos.

Considerações finais

As reflexões expostas nesta pesquisa nasceram da necessidade de buscar novos rumos para a formação do educador do campo. Partiu, de um lado, da insuficiência, já amplamente constatada, do acesso à educação negada historicamente a essa população. De outro lado, o crescimento dos movimentos reivindicatórios por esta educação possibilita a todos compreender-se solidário e envolver-se em suas lutas que, em certa medida, também é de todos.

A proposta de formação de professores na Unioeste em parceria com os movimentos sociais tem como objetivo contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas educacionais para as escolas do campo, considerando e valorizando a realidade dos Movimentos e o saber de suas práticas.

Para concretizar essa formação são necessários instrumentos de ordem política e pedagógica. A universidade é recuperada na tarefa de formar, também, o educador do campo, na medida em que se deixa envolver pelo caráter político da Educação do Campo e pela influência do protagonismo dos movimentos e organizações político populares; nesse caso específico, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. É, entretanto, pela participação desses

movimentos que se torna possível a formação dos educadores do campo, aos lhes proporcionarem os meios de se posicionarem frente às necessidades dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de participarem de suas lutas.

A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se vincula ao propósito de conceber a Educação do Campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação. Não basta ter escolas do campo, ou seja, é necessário escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.

Entende-se também que não é somente criar políticas de formação diferenciadas para os educadores do campo, como é o caso da Pedagogia para Educadores do Campo, no entanto considerar que a mesma vem oportunizando aos seus educadores dentro dos próprios espaços que atuam cotidianamente, formas de contribuir para o desenvolvimento de um trabalho coletivo e ao mesmo tempo, promovendo a valorização desses profissionais, ainda que se apresentem dificuldades em seu processo, o que certamente não invalida a importância dessa formação.

Os resultados da pesquisa revelam que para alguns professores entrevistados a Pedagogia para Educadores do Campo ainda consiste de um componente estranho e supérfluo à educação; no entanto, as políticas públicas educacionais deverão ser flexíveis e apontar diretrizes curriculares que promovam a formação dos educadores de modo a validar a sua experiência acadêmica e a inclusão do saber das práticas dos movimentos.

Na verdade, ainda há pouco entendimento sobre um curso recém iniciado, ao qual convém preparar todos os seus atores, alunos, gestores, docentes. É normal que o Curso de Pedagogia para Educadores do Campo não tenha docentes preparados para lecionar esta Pedagogia específica; trata-se, sobretudo, de desapegar-se um pouco das práticas antigas e abrir-se para aprender sobre as questões também do campo e a este aprendizado agregar a experiência docente.

A busca da especificidade na educação dos povos do campo requer lutar pelo novo, a exemplo, de como outros homens e mulheres lutaram pela implementação de uma pedagogia, a Pedagogia regular. Esta, ainda que não seja perfeita em todos os atendimentos com relação às necessidades de formação dos seus alunos, vem sofrendo alinhamento e complementações em sua evolução, adaptando-se e aprimorando-se de acordo com o ambiente de aplicação, possibilitando continuamente a descoberta de elementos novos que precisavam ser aprendidos e divulgados.

Referências Bibliográficas

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.
- ARROYO, Miguel, Gonzalez.; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (orgs.) **Por uma educação do campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- ARTICULAÇÃO PARANAENSE: Por uma Educação do Campo. 2000. Caderno 1-2-3.**
- BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil. O MST e suas relações com o ruralismo pedagógico.** Tese (Doutorado em Educação) 2003. Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação, 2003.
- PARANÁ. Mapas e Regimentos. **Mapa do Paraná dividido em municípios.** Secretaria do Estado de Saúde do Paraná, 2007. Disponível em: <<http://saude.pr.gov.br/ftp/Mapas/municipios.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2007.
- CALDART, Roseli, Salete. Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 50-59, Jan/Jun 2003.
- CALDART, Roseli Salete. Pedagogia da Terra: formação de identidade e identidade em formação. [Porto Alegre], **Cadernos do ITERRA**. V. 2, n. 6, 2002.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004b.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. Instituto de Economia. **Projeto Rurbano**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/rurbzeze.html>> Acesso em: 18 out 2006.
- MARTINS, José de Souza. **Cultura e educação na roça: encontros e desencontros.** Revista USP, no. 64 Dezembro 2004-Fevereiro 2005, p. 29-49.
- RODRIGUES, Maria Lúcia. Universidade, Extensão e Mudanças Sociais. **Revista e Educação**. Uberlândia: UFU, 1999, p.45-54.
- SILVA, Maria do Socorro. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. In: **Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Municipal - PRADEM**. Educação Rural/Educação do Campo: dilemas, desafios e perspectivas/ PRADEM-Salvador: UFBA, FCM, 2003.
- SILVA, Rita de Cássia Curvelo da. **Os sem-terra e o desejo de aprender.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 181f. 2000.

SOARES, E. Debate. In: **Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Municipal - PRADEM**. Educação Rural/Educação do Campo: dilemas, desafios e perspectivas/ PRADEM - Salvador: UFBA, FCM, 2003.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo**: propostas e prática pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006b.

ZANELLA, J. L. **Seminário de Experiências Educativas e Formação de Educadoras e Educadores do Campo**, realizado nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2005, na Unioeste – Campus de Francisco Beltrão – Francisco Beltrão-PR, 2005.

WIKIPEDIA. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Trabalhadores_Rurais_Sem_Terra#>, **2006.**

Acesso em: 13 mar 2007.

WOLFF, Eliete Ávila. A educação do campo e movimentos sociais presentes na pedagogia da terra. **VI Anped Sul, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. Santa Maria, RS, de 07 a 09 de junho de 2006.